

Resolução do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores

Celebramos dois anos do resultado eleitoral que alçou o presidente Lula a um inédito terceiro mandato na história democrática brasileira e o Partido dos Trabalhadores à sua quinta vitória presidencial. Desde 1989, quando disputamos a primeira eleição presidencial com Lula, nosso partido garantiu que os trabalhadores brasileiros tivessem voz e viabilidade eleitoral ganhando cinco dos nove pleitos ocorridos após a democratização. Nosso governo foi eleito para representar estes interesses.

Por um lado, o povo trabalhador colhe os frutos de públicas voltadas ao crescimento soberano do país, com ênfase na reindustrialização e na transição ecológica, gerando aumento do emprego e da renda. Por outro, o Brasil acompanha, estupefato, os resultados das investigações da Polícia Federal sobre a tentativa de Golpe de Estado após as eleições presidenciais. O inquérito revelou, com um farto conjunto de provas, um plano macabro para assassinar o presidente Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin e o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, chocando a nação ao mostrar como o país esteve na iminência de mergulhar novamente nas trevas de uma ditadura militar.

Nas últimas semanas, o noticiário oscilou entre as importantes conquistas econômicas do país e da população, os gols de placa da presidência brasileira do G20 – e o estarrecedor relatório da PF, com o indiciamento dos principais comandantes do golpe.

Os acertos do governo Lula são mais do que palpáveis e surpreendem pela rapidez com que tantos avanços foram alcançados. O país enfrentava um quadro de empresas quebrando ou pedindo concordata e de profunda penúria social, com 33 milhões de pessoas passando fome. O desemprego, herança dos quatro anos de Bolsonaro e Paulo Guedes, criou um cenário de angústia e desalento, com um legado de desastres, desde o meio ambiente até a segurança pública.

Entre 2016 e 2022, sob Temer e Bolsonaro, o mercado de trabalho brasileiro foi devastado por políticas que desmantelaram garantias e direitos básicos e intensificaram as desigualdades. A reforma trabalhista de 2017, apresentada por Temer como uma solução para a criação de empregos, fracassou, resultando em um aumento do desemprego para 11,7% ao final de seu governo. Durante o governo Bolsonaro, a situação tornou-se ainda pior, com o desemprego disparando para 14,2%, revelando a ineficácia da administração

em lidar com as necessidades urgentes dos trabalhadores e da juventude, cuja taxa de desocupação atingiu alarmantes 22,8%.

Quase dois anos após a saída de Bolsonaro e Guedes, a situação é radicalmente oposta, com recordes no número de empregos gerados (o país ultrapassou a marca de 100 milhões de trabalhadores em meados do ano) e o desemprego está em queda constante. No terceiro trimestre deste ano, a taxa de desocupação recuou 0,5 ponto percentual, atingindo 6,4%, o menor nível desde o início da série histórica, em 2012, indicando que o país caminha para uma situação de pleno emprego.

Mais do que isso: os empregos têm sido impulsionados pelo setor industrial, especialmente entre os jovens. Quase 35% das novas oportunidades de trabalho foram geradas pelo setor no terceiro trimestre, com a contratação de 418 mil trabalhadores. O resultado é fruto dos esforços do governo em implementar uma política industrial vigorosa e sustentável, materializada pela Nova Indústria Brasil (NIB), lançada no início do ano depois de um rigoroso diagnóstico dos efeitos da desindustrialização que varreu o país.

Os tipos de empregos gerados pelo setor industrial, que frequentemente demandam habilidades técnicas especializadas, amplia o número de postos de trabalho de maior valor agregado. São empregos que não apenas oferecem salários mais elevados, mas também promovem inovação e eficiência, fatores essenciais para o desenvolvimento sustentável e a competitividade internacional da indústria brasileira.

O setor da construção civil vive um verdadeiro boom, impulsionado pelas obras do Minha Casa, Minha Vida. O mercado imobiliário cresceu 17,4% até o terceiro trimestre deste ano em comparação com o mesmo período de 2023. Simultaneamente, a construção registrou em outubro a maior utilização da capacidade operacional (UCO) para o mês nos últimos 11 anos, segundo a CNI. Mesmo com os avanços, a remuneração dos trabalhadores permanece inferior quando se compara com países desenvolvidos.

O maior acesso ao crédito e o aumento do consumo indicam um cenário de aquecimento da economia, com o comércio projetando recorde de vendas neste final de ano. Não à toa, a confiança do consumidor em novembro chegou ao maior nível em uma década, segundo o FGV Ibre.

A massa salarial cresceu R\$ 21,952 bilhões em 12 meses, atingindo um recorde de R\$ 327,743 bilhões no trimestre encerrado em setembro de 2024. Um incremento de 7,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior, refletindo o fortalecimento do poder de compra das famílias.

Ao mesmo tempo, em menos de dois anos, o governo Lula conseguiu libertar da fome mais de 24 milhões de brasileiras e brasileiros e tudo leva a crer que até o fim do mandato atual o país conseguirá de novo erradicar completamente a fome, como já havia ocorrido em 2014. Para que essa meta seja concluída, no entanto, é preciso combater a alta dos preços dos alimentos, que refletem os efeitos da crise climática sobre a cadeia produtiva.

O cenário só não é mais promissor devido à sabotagem deliberada do Banco Central de Roberto Campos Neto, que comanda a autarquia com viés político-partidário. É uma espécie de serviço do sistema financeiro que atua inventando todo tipo de falsos pretextos para que o Comitê de Política Monetária (Copom) eleve os juros, em benefício dos banqueiros, e iniba a atividade econômica. Com a taxa Selic em 11,25%, e agentes do mercado pressionando por um aumento de 0,75%, toda a cadeia produtiva corre o risco de retroceder em relação aos seus excelentes resultados dos últimos 10 meses.

A sociedade civil precisa manter-se vigilante e enfrentar as artimanhas da Faria Lima que visam minar conquistas econômicas e sociais por meio da especulação. No dia 27 de novembro, por exemplo, horas antes de o ministro Fernando Haddad anunciar o conjunto de medidas para melhorar o ambiente econômico e fiscal do país, especuladores promoveram a maior alta do dólar na história, que chegou a R\$5,91. A especulação continuou elevando o dólar a patamares acima de R\$ 6 nos dias seguintes. O método é claro: os especuladores agiram após ficarem sabendo que as medidas fiscais do governo incluíam a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil mensais. Trata-se de uma manobra claramente política para debilitar o governo e impedi-lo de continuar avançando no caminho do desenvolvimento e da justiça social.

Decisão, aliás, histórica. Ao propor a isenção para quem ganha até R\$ 5 mil por mês e a taxação de quem ganha mais de R\$ 50 mil, o governo Lula alívio significativo da classe média e das classes historicamente penalizadas pelo sistema tributário regressivo e injusto vigente no país. Inicia-se assim a maior reforma da renda já vista, corrigindo distorções estruturais para promover justiça tributária. A campanha contra os supersalários e as readequações nas aposentadorias e pensões de militares também representam uma contribuição necessária para isso.

Todos devem contribuir para um sistema mais equitativo e que garanta equilíbrio fiscal, inclusive os grandes grupos beneficiados por isenções fiscais que chegam a R\$ 546 bilhões em 2024. As empresas aparecem em uma lista divulgada pelo Ministério da Fazenda, deixando evidente que, invariavelmente, os mesmos que exigem cortes de investimentos sociais são os que usufruem do não pagamento de impostos, notadamente grupos ligados ao agronegócio, entre outros setores beneficiados pelo Estado. Nunca é

demais lembrar que, de janeiro a outubro, a desoneração da folha salarial de 17 setores custou R\$ 19,8 bilhões ao governo.

Lula e Haddad acertam ao expor a hipocrisia dos grandes grupos econômicos e ao propor a taxaço dos mais ricos. A tributação de fundos em paraísos fiscais e offshores, conforme explicou o ministro Haddad, já permitiu ao governo aumentar expressivamente a arrecadação federal. Entre janeiro e outubro, a arrecadação atingiu R\$ 2,218 trilhões, o maior valor da história. Além do estímulo à atividade econômica, a decisão de promover justiça tributária foi fundamental para esse resultado.

Esses esforços soma-se à já histórica reforma tributária aprovada no governo Lula, após mais de 40 anos de espera da sociedade brasileira. Uma reforma que irá simplificar o sistema tributário com a unificação de tributos, eliminado o efeito cascata na cobrança, além de isentar de imposto a cesta básica e devolver parte dos impostos para população de baixa renda (cashback).

Ainda há, no entanto, um caminho a ser percorrido para concluir a reforma da renda, alcançando também os bilionários. A taxaço do patrimônio dos super-ricos, que existe nas maiores economias do mundo, deve ser central nas articulações do governo em 2025. É um anseio antigo da sociedade brasileira, que está cansada de ver os herdeiros dos donos do poder sugarem as riquezas do país sem pagar sua justa contribuição.

O PT segue atento a estes anseios, travando no Congresso a luta pela taxaço dos super-ricos, bem como por outras pautas caras ao povo brasileiro, como a tarifa zero e o fim da escala 6x1. A tarifa zero, iniciativa do deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP), foi uma das grandes bandeiras do PT nas últimas eleições municipais. Trata-se de um sistema único de mobilidade universal e gratuito, aos moldes do SUS, e que atua como um instrumento de dinamização e incremento das economias tanto nas pequenas quanto nas grandes cidades, sempre beneficiando a população.

O fim da escala 6x1, uma proposta que ganhou força graças a um debate amadurecido nas redes sociais, também recebeu amplo apoio do partido, historicamente defensor de condições dignas para os nossos trabalhadores. Prova disso é que o deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) propôs, em 2019, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 221/2019) para reduzir a jornada de trabalho a 36 horas semanais.

Os trabalhadores no campo também não devem ser esquecidos e, por isso, apoiamos a meta defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) de assentar 60 mil famílias em 2025. O governo precisa articular uma

resposta à altura dessa justa e histórica reivindicação dos nossos irmãos e irmãs rurais.

O debate sobre a regulamentação das apostas online também precisa avançar rapidamente no Brasil, que se vê refém de um tentáculo do capitalismo que prospera às custas da boa-fé de milhões de famílias. Observamos uma devastadora erosão dos orçamentos domésticos de inúmeros lares brasileiros, especialmente aqueles de baixa renda, resultando em um impacto incalculável na saúde física e mental da população, vítima do crescente endividamento.

Diante da gravidade da crise, a presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, apresentou um projeto de lei para proibir a veiculação de propagandas de loterias de apostas. É imperativo que a sociedade não permita que o tema das bets passe despercebido. Essas apostas representam uma ameaça séria ao bem-estar do nosso povo, exigindo uma resposta firme e consciente para proteger as famílias brasileiras dessas armadilhas.

Em meio aos debates necessários sobre políticas para melhorar a vida do povo brasileiro no campo e nas cidades, um tema tornou-se central nas discussões das últimas semanas: o PL da Anistia. Diante das revelações estarrecedoras sobre um plano grotesco, elaborado por militares de alta patente para assassinar Lula, Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes, é mais do que urgente, é dever de todo cidadão democrata, ajudar a sepultar a proposta para anistiar aqueles que tentaram ressuscitar os horrores dos anos de chumbo. Não admitiremos anistia a golpistas defensores da tortura. Bolsonaro e todos os que tramaram contra a democracia brasileira devem responder pelos crimes cometidos.

Diante disso, a resposta democrática da sociedade deve ser uníssona: Sem anistia! Convocamos a sociedade a aderir em massa à mobilização nacional do próximo dia 10 pela prisão dos golpistas e o fim do projeto de anistia.

Na atual conjuntura, o PT decidiu retomar a articulação para uma emenda constitucional que altera o artigo 142 sobre o funcionamento das Forças Armadas, como pretendem, acertadamente, os deputados Carlos Zarattini e Alencar Santana. A emenda, que já conta com 126 das 171 assinaturas necessárias para ser protocolada, estabelece que as Forças Armadas não possuem poder moderador sobre a democracia, umas das muitas fake news disseminadas pelo bolsonarismo. Além disso, militares da ativa devem ser impedidos de disputar eleições e ocupar cargos públicos. É preciso delimitar de uma vez por todas as funções civis e militares no Estado democrático. Política não é e nunca foi lugar para as Forças Armadas.

No campo da disputa eleitoral, o PT segue recuperando seu prestígio e a sua presença efetiva no território, que foi duramente afetada pela tentativa de

destruição do partido promovido pela farsa da Lava Jato, com a prisão absurda de Lula, e pela sistemática campanha de desmoralização produzida pela mídia conservadora. Nas eleições municipais, mesmo abrindo mão de candidaturas próprias em muitos municípios, para apoiar candidaturas dos partidos da base do Presidente Lula no Congresso Nacional, o PT passou de 183 para 252 prefeitos, vencendo inclusive numa capital importante como Fortaleza, e elegendo 3.118 vereadores e vereadoras em todo o país, 550 a mais que no pleito anterior. Entre eles, ganharam assentos nas câmaras municipais inúmeras mulheres periféricas, lideranças negras e da juventude, e representantes da comunidade LGBTQIA+, em um processo notável de renovação. O fato é que ampliamos o número de eleitores que votaram no PT em âmbito municipal, chegando a mais de 8,8 milhões de brasileiros.

Poderíamos ter avançado bem mais? Sem dúvida. A conjuntura mostrou-se, entretanto, excessivamente desfavorável, não apenas pela capilaridade da extrema direita nas redes, sempre abastecidas por fundos de milhões de reais e dólares em infraestrutura. A violência política bateu recorde nas eleições e o PT nunca deixou de ser o alvo da vez. O crime organizado expandiu seus tentáculos a ponto de, nestas eleições, ter colocado candidatos competitivos em cidades vitais como São Paulo.

Inúmeras realizações da administração Lula foram eclipsadas pelo orçamento secreto, que levou o pacto federativo ao limite do absurdo e segue desafiando o modelo de presidencialismo vigente. Soma-se a isto as distorções no orçamento público herdadas do governo Bolsonaro, com destaque para o crescimento desproporcional para R\$ 50 bilhões em emendas parlamentares, com parte delas sendo impositivas, criando um enfraquecimento na parte discricionária do orçamento.

As realizações do governo são extraordinárias, mas nem sempre isso é percebido adequadamente pela sociedade, devido à timidez de vários dos nossos porta vozes em travar abertamente o debate e a disputa política contra as forças conservadoras e reacionárias.

O governo careceu de certa capacidade de diálogo com o partido, tanto para ouvir demandas internas quanto para orientar lideranças na luta política, em uma eleição dominada por máquinas municipais de aliados da base, não petistas, e abastecidas com emendas.

Em 2025, o PT defende que o governo deve se organizar olhando para quem estará ao lado da base em votações cruciais para nosso projeto de país, assim como no âmbito da disputa eleitoral de 2026. Considerando a atual correlação de forças no Congresso, ampliar nossa bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, considerando ainda a eleição de aliados. Não há governabilidade sem força social e no Congresso.

Na esfera internacional, a vitória de Donald Trump nos Estados Unidos acende um preocupante alerta para as forças progressistas e o campo democrático global. Suas intenções proclamadas colocam em xeque direitos fundamentais da classe trabalhadora, dos negros, das mulheres, de milhões de migrantes nos EUA e em todo o mundo. Colocam em xeque, igualmente, a própria sobrevivência dos organismos multilaterais e de muitos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Por outro lado, as eleições de Claudia Sheinbaum no México e, mais recentemente, de Yamandú Orsi no Uruguai trazem bons ventos para o campo progressista e as perspectivas de integração latino-americana.

Ressaltamos a consolidação das relações entre Brasil e China, através das especiais sinergias estabelecidas entre as estratégias brasileiras de desenvolvimento, como o PAC, a Nova Indústria Brasil, o Plano de Transformação Ecológica e as Rotas Sul Americanas de Integração com a estratégia chinesa de desenvolvimento e construção de um futuro compartilhado para a humanidade com a Iniciativa da Nova Rota da Seda

A liderança do presidente Lula reafirmou, mais uma vez, o protagonismo internacional do Brasil na cúpula do G20. Dentre os três temas propostos pela diplomacia brasileira, o combate às desigualdades, a transição energética, e a reforma da governança global, Lula acertou em cheio ao criar a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que recebeu a adesão de nada menos que 82 países, extrapolando os limites do bloco.

A Aliança merece visibilidade mundial porque é um chamado aos países ricos a saírem da inércia e da burocracia que caracterizam instituições multilaterais nas últimas décadas e partirem para a ação. Enquanto a ciranda financeira global arruina economias inteiras para tornar grupos minoritários bilionários, a exploração capitalista deixa um rastro de pobreza e endividamento sobre os países em desenvolvimento, em especial no continente africano. A fome é o mais abominável dos sintomas da doença capitalista e deve ser combatida com rigor, como mostrou ao mundo o presidente Lula.

Lula também fortaleceu sua imagem como um dos líderes mais sensíveis às mazelas sociais ao dar enorme visibilidade ao G20 Social. Pela primeira vez, a economia popular e solidária apareceu em uma Declaração Final do G20 Social, reforçando a importância da formalização do mercado de trabalho e das economias inclusivas, cooperativas e contra-hegemônicas, incluindo cozinhas solidárias e o reconhecimento da economia do cuidado.

Em 2025, na presidência dos BRICS e sediando a COP 30 no país, o governo Lula deverá seguir no caminho da construção do multilateralismo, da soberania, da paz e da justiça social, econômica e ambiental.

Internamente, é nítida a percepção e o reconhecimento de que a gestão Lula tem garantido muitas conquistas populares e apresenta excelentes resultados em inúmeras áreas. Ainda mais se considerarmos o estado de destruição nacional deixado por Bolsonaro. Lula faz um ótimo governo que precisa apenas ajustar o modo de comunicar e formar o seu povo. Não apenas com fatos que evidenciem que a vida está melhorando, mas com a adequada conscientização das massas sobre as razões pelas quais o povo merece ser soberano e artífice do seu próprio destino. As entregas não estão se traduzindo em aumento de popularidade de Lula e de sua gestão.

O presidente também não deve abrir mão dos instrumentos de comunicação de que dispõe. A utilização de transmissões em cadeia nacional de rádio e TV deveria ser uma constante nas atividades da Presidência e dos ministros e ministras que integram pastas cruciais, e não uma estratégia limitada a datas como o 7 de setembro.

Para isso, é urgente, inadiável, engajar-se no embate político contra a extrema direita. Corações e mentes jovens das favelas e subúrbios de médias e grandes cidades, que nunca souberam que o PIB cresceu 7,5% com Lula em 2010, anseiam por uma vida melhor. Seja na riqueza impossível prometida pelas apostas ou no empreendedorismo fajuto das novas pirâmides digitais, em esquemas patrocinados por usurpadores, embusteiros sociais e charlatões da política.

Brasileiros e brasileiras estão assustados com a escalada da violência urbana, patrocinada pelo crime organizado. O PT enaltece, portanto, os esforços de Lula ao apresentar, no mês passado, a PEC da Segurança Pública, abrindo caminho para o Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

O PT deve ainda embrenhar-se na nova realidade do mundo do trabalho, onde a linha fina entre empreender e ser explorado por empresas de aplicativos trouxe um véu de dúvidas sobre a cabeça de jovens trabalhadores.

É preciso compreender essa nova era de incertezas e dialogar com a nossa base, seja ela católica ou evangélica e, ao mesmo tempo, combater a falta de projeto da extrema direita. Como nos ensina a saudosa Conceição Tavares, "povo não come PIB". É hora de fincar nossa bandeira em cada uma dessas casas e reconduzir esse povo ao campo de quem sempre o defendeu: Lula e o PT. Urge imbuir nossa gente, outra vez, de esperança e ânimo para vislumbrar um futuro possível. O tempo é escasso e premente, porém.

Como candidato à reeleição, Lula, nossa maior expressão, deve recalibrar toda sua sabedoria e liderança para o mundo digital, sintonizando-as novamente para absorver anseios, frustrações e mudanças pelos quais atravessa nossa juventude. O PT está empenhado nessa causa. A sincronia entre a experiência política e as novas dinâmicas sociais será crucial para reacender a chama do engajamento popular e fortalecer os laços entre o partido e as novas gerações.

Em um cenário em que as elites econômicas mantêm uma postura especulativa e frequentemente adversa aos interesses populares, a pressão por cortes em gastos sociais emerge como uma ameaça constante ao bem-estar social. Essa tensão se intensificou com a iminente e necessária troca de comando no Banco Central, um movimento que deve garantir que as políticas monetárias futuras estejam alinhadas com os objetivos de crescimento inclusivo e sustentável do governo Lula.

Ao mesmo tempo, o enfrentamento resolutivo contra o radicalismo violento da extrema direita bolsonarista permanece uma prioridade inegociável. Facções criminosas que buscam desestabilizar os alicerces democráticos do país devem ser contidas por meio de um esforço conjunto que envolva não apenas mobilização política e social, mas também a promoção de um discurso inclusivo de reafirmação de valores democráticos e dos direitos humanos.

A história das nações desenvolvidas mostrou que um processo radical de industrialização é fundamental para evitar que o país se limite a ser uma sociedade agrária, predominantemente exportadora de commodities — uma grande fazenda no cenário global. A industrialização não só potencializa a capacidade produtiva do país, mas também diversifica a economia, criando empregos com maior valor agregado e promovendo inovação tecnológica.

A compreensão profunda dos desafios políticos atuais e a articulação de estratégias eficazes para enfrentá-los são essenciais à medida que o Brasil se prepara para as eleições de 2026. Será um período decisivo não apenas para o PT, mas para a consolidação de um projeto de desenvolvimento soberano que priorize a justiça social, a equidade econômica e a sustentabilidade ambiental. O PT se encontra em uma posição privilegiada para redefinir o rumo do país, promovendo políticas que combatam a desigualdade e fortaleçam a participação democrática. É preciso construir as alianças que garantam a continuidade desse projeto.

É uma tarefa árdua, que envolve resistir às pressões de grupos que buscam minar as conquistas sociais e inovar na forma de engajar a sociedade civil, especialmente as novas gerações, em um projeto de desenvolvimento soberano. O caminho para um Brasil mais justo e próspero exige liderança audaciosa, disposição para o diálogo e um compromisso inabalável com os princípios democráticos. Somente assim, o Brasil poderá afirmar-se como um

modelo de democracia vibrante e inclusiva, capaz de enfrentar os desafios do século XXI com ousadia e determinação, garantindo seu lugar como uma nação desenvolvida e respeitada no cenário mundial. Com as articulações certas, Lula será, outra vez, a liderança capaz de aglutinar o campo progressista e democrático em torno de um projeto soberano de nação.